

---

## 016ª SESSÃO ORDINÁRIA – 12MAR2014

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação as Atas da 1ª a 4ª Sessões Ordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meu cumprimento, mais uma vez, às monitoras e aos monitores que hoje voltam a este plenário na busca de justiça. Eu estou aqui em Tempo de Liderança do meu Partido, em meu nome e em nome do Ver. João Derly, para dizer que nós, do PCdoB – nosso Líder, Ver. João Derly, Presidente da Comissão de Educação, e esta Vereadora –, mantemos a derrubada do Veto. Se o Governo, na reunião de ontem, diz que mantém o Veto, nós estamos aqui, em Tempo de Liderança, para dizer que mantemos a derrubada do Veto! Não mudamos a nossa posição! Essa é a nossa posição, porque além de fazermos o que vamos continuar fazendo aqui, conquistar os Vereadores de todas as Bancadas; nós estamos aqui para dizer que não admitimos ser ameaçados – esta Casa – por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Isso é uma ingerência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. Nós não admitimos estar sob essa pressão e sob essa ingerência de dizer que, se a Câmara Municipal derrubar o Veto, tem uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. É ingerência, em outro poder, que aprovou uma mesma emenda desse teor, em um outro momento, por outro Vereador de base de Governo, e agora, porque não é uma Vereadora de base do Governo, vem uma ação direta de inconstitucionalidade? Inconstitucional é esse tipo de comportamento, porque isso é antidemocrático, de um poder perante outro poder! O Ver. Dib, a quem eu tenho o maior respeito, um grande Vereador desta Cidade, em momento oportuno aprovou a emenda aqui. Agora, com a emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, vem uma ação direta de inconstitucionalidade? Isso é veto ideológico! Isso é veto ideológico! E eu não estou aqui, em nenhum momento, menosprezando, pelo contrário, estou exaltando a postura do Ver.

---

Dib, que deve estar nos escutando neste momento, a quem envio um abraço pela minha admiração e o meu respeito.

Não podem ingerir dessa maneira no Poder Legislativo. Falam de impacto financeiro... E eu quero aqui colocar: impacto financeiro versus impacto do que significam as monitoras na educação com as futuras gerações da nossa Cidade. Isso é garantia, inclusive, de qualidade no serviço público. Educação, saúde, políticas públicas, isso tudo não é gasto; é investimento! Investimento no futuro da Cidade, do Estado e da Nação. E todas as gestões têm que ter essa dimensão.

No ano passado, o Governo fez uma proposta de gratificações para os setores que não recebiam, cinco servidores não aceitaram. Então, havia dinheiro para a gratificação! Eu sou funcionária pública federal de carreira, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dediquei 32 anos da minha vida. Em plena ditadura, fomos para as ruas para conquistar um plano de carreira. Chega de penduricalho! Os trabalhadores, os servidores públicos não querem penduricalho, não querem gratificações, quando interessa ou não interessa. Enquanto não houver plano de carreira, as equiparações nos mesmos níveis de função correlatas, tem que haver a grande luta, que é o plano de carreira. Estão aqui o Simpa, a ATEMPA, as organizações dos trabalhadores do Município de Porto Alegre. Então, para penduricalho de gratificações e para ir amenizando a luta do povo tinha dinheiro; agora, para elevar para o nível 7, que é um direito de gente que tem inclusive pós-graduação, aí não tem dinheiro? (Manifestações nas galerias.) Tem que ter dinheiro para a educação, tem que ter dinheiro para o significado do que representam os monitores na educação básica. E além de lutar para a equiparação nos mesmos níveis, tem que lutar pelo plano de carreira. Isso é isonomia! É bom que esta gestão vá treinando justiça, treinando isonomia salarial, treinando equiparação para as mesmas funções. Então, a nossa Bancada diz, com todas as letras, que se o Governo mantém o Veto, nós vamos derrubar o Veto. E, mais do que isso, Ver. Thiago, o senhor que representa a nossa Comissão de Saúde: nós sabemos a situação dos servidores da saúde também no Município, com gratificações diferenciadas, 20% de insalubridade para uns e 40% para outros, quando exercem a mesma função. Isso precisa de gestão, isso precisa de plano de carreira. Mas, para isso, nós precisamos hoje derrubar este Veto, porque vai ser um avanço na luta da categoria dos monitores e das outras categorias. (Manifestação nas galerias.) Repito: nós não vamos nos pautar aqui por um veto ideológico, nós não vamos

---

pág. 2

---

nos pautar aqui pela retirada de uma garantia que os trabalhadores merecem, e nós não vamos nos pautar aqui por ameaças ao Poder Legislativo Municipal! Isso ameaça não só os Vereadores de oposição, mas ameaça a autonomia e a independência deste Poder! Repito: vamos parar com a brincadeira de emenda e veto ideológico! Parabéns... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Quero ressaltar que o microfone foi consertado, voltando o sistema de corte do som ao término do tempo previsto para a manifestação.

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público das galerias, quero dizer que vocês devem estar tão nervosos e ansiosos como eu, há três dias. Acho que este é um dia muito importante e dramático. Quero falar daqui com cada Vereador e Vereadora desta Casa. Eu fiquei muito triste ao chegar aqui e ver duas parceiras, a Séfora e a Lourdes, que votaram sim na segunda-feira, não estarem no Plenário porque estão em representação. Não é porque elas estão distraídas, não é porque coincidiu uma outra atividade, mas porque o Governo está agindo, sim, neste Plenário, lamentavelmente, não compreendendo a importância da mudança que vocês conquistaram por suas lutas, por seus trabalhos, pela seriedade como se postam como funcionárias públicas da educação no Município de Porto Alegre. A minha fala aqui na tribuna é um apelo à assessoria das duas Vereadoras, é um apelo aos Vereadores e Vereadoras que votaram conosco na segunda-feira para que estejam no plenário, para que aqui debatam abertamente e francamente. Nós, ontem, é verdade, fomos ameaçados. O Vice-Prefeito disse que entraria na Justiça se o Veto fosse derrubado. Eu quero começar com esse tema porque isso mostra a desigualdade, a discriminação com que são tratadas as mulheres e a educação. Isso é discriminação. Não é outra coisa, porque outros cargos, com os argumentos que são usados aqui, tiveram alteração – Ver.<sup>a</sup> Any, que está se dedicando a este tema – de qualificação para entrar, e de padrão. A Guarda Municipal, por mérito, por lei e por conquista passou do Padrão 4 para o Padrão

---

6, dois padrões na carreira, dois anos – por lei! – e passou, saindo de um concurso com o Ensino Fundamental incompleto para o Ensino Médio.

Vereador Bernardino, a situação é a mesmíssima: as educadoras da Educação Infantil de Porto Alegre, por exigência legal, têm que ter mais formação, elas já foram buscar antes. A SMED deixou de fazer concurso, Ver. Nedel, durante um ano! Um ano sem concurso de monitor, porque a SMED não podia mais recrutar para atuar em Educação Infantil, somente com o Ensino Fundamental! Ela não podia mais! E aí ela mudou o concurso, porque ela precisa da qualificação das monitoras, por legislação, pela Resolução nº 033, do Conselho Municipal de Educação. E não é justo que pedindo Ensino Médio, que pedindo formação técnica, que pedindo uma série de tarefas diferenciadas – assessoria ao professor, comparecimento e compartilhamento da avaliação pedagógica, atendimento aos pais, atendimento à inclusão escolar das crianças com deficiência –, a monitoria assumia isso sem ser sua função. Tudo isso foi incorporado no projeto que o Governo mandou para cá. O que não foi incorporado e é perverso, Delegado Cleiton, é a valorização salarial correspondente à exigência, correspondente ao trabalho, correspondente ao nível de responsabilidade, correspondente ao nível de preparação, correspondente ao nível de compromisso que essas senhoras, essas jovens, essas moças, na sua maioria mulheres, realizam na Educação Infantil do Município.

E a Emenda só corrigiu isso. E a Emenda – eu digo – é de todos os Vereadores que estão aqui, porque todos votaram! Todos votaram nela, Ver. Pedro Ruas, numa noite histórica e memorável, no final do ano passado, compreendendo mais ou menos bem isso.

Então, quero dizer que, por fim, o Governo, sabendo que não é ilegal, sabendo que a construção de ajuste de plenário não é ilegal, argumenta com o custo orçamentário.

E quero afirmar para V. Exas.: a educação, pela Lei Orgânica, deveria ter 30% dos impostos arrecadados na Prefeitura de Porto Alegre e dos recursos orçamentários vindos de transferência, e a SMED só tem usado 27%; portanto, tem recurso na educação para pagar o padrão 7 para as monitoras! Tem recurso! E isso protege o Governo da ideia de que, se ele dá para as monitoras, tem que dar para todas. Está aqui, e as meninas relataram a importante reunião que nós tivemos ontem.

Eu quero encerrar, Vereadores e Vereadoras, dizendo que, agora, é conosco, é com este Parlamento, Ver. Aírto Ferronato, porque é com a autonomia do Legislativo que está o destino das monitoras e da educação infantil de Porto Alegre. Tenhamos coragem,

---

tenhamos autonomia, tenhamos força, estejamos à altura dessa valorosa luta dessas moças.

(Não revisão pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, monitoras que aqui se encontram, imprensa, público que nos assiste através da TVCâmara e da nossa Rádio Web, eu volto a esta tribuna para falar sobre uma palavra que eu tenho como uma das coisas mais significantes e importantes da vida de uma pessoa. É uma palavra que, de acordo com o dicionário Aurélio, significa conformidade de sentimentos, bom entendimento, viver em perfeito acordo, harmonia, acordo entre palavras e ação, um pacto, uma convenção, um ajuste que estabelece acordos entre si. Esta palavra quer dizer ter a mesma opinião, entender-se, concordar; esta palavra é acordo. Acordo tem que ser respeitado, acordo tem que ser cumprido, acordo é o bom entendimento, acordo é viver em perfeita harmonia, acordo são palavras e ações, acordos são pactos, são convenções, são ajustes, e esta Casa, em dezembro, fez tudo isso, ao votar essa Emenda da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. Nós acordamos com os partidos de oposição, de situação, com os partidos independentes como o Solidariedade, o PROS e o PSD, e fizemos um grande pacto, um grande acordo: votamos e aprovamos essa Emenda por unanimidade, todos nós votamos, todos nós estávamos presentes. O Líder do Governo deu o acordo, o Líder da oposição deu o acordo, o Governo deu o acordo, a Secretária de Educação, que foi consultada naquele dia, deu o acordo. Essa Secretária que representa a Educação, uma das maiores bandeiras de Leonel de Moura Brizola, uma das maiores bandeiras de Darcy Ribeiro, ela deu o acordo para que aumentássemos o salário das monitoras nesse início de ano, para que tirássemos dos cofres da Prefeitura R\$ 74.725,00 ao mês e R\$ 896.700,00 ao ano. Foi dado esse acordo e volto aqui a ler as notas taquigráficas, quando o Presidente era o Dr. Thiago: Apregou o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, solicitando que seja votado o destaque da Emenda nº 01 do PL nº 046. Destaque, quer dizer que todos nós viríamos aqui nessa tribuna discutir. Destaque quer dizer que nós podíamos ser contrários, a favor, ou nos abstermos, mas foi feito um

---

---

acordo entre todas as Lideranças. Acordo, que é o que disse aqui no início, significa harmonia, é um conjunto de palavras, de ações, é o cumprimento do que falamos: que ninguém iria destacar e que iríamos aprovar. E a aprovação foi unânime, ninguém se absteve, ninguém votou contrário, e aqui, naquele mesmo dia, as monitoras viram que nós votamos – nessa noite não teve um voto contrário. Nessa noite, a Casa do Povo cumpriu o acordo, e agora a Casa do Povo tem que honrar esse acordo com as monitoras, com essas pessoas que cuidam dos filhos dos trabalhadores desta Cidade, pessoas que guardam o bem-estar dos filhos dos trabalhadores desta Cidade. E não adianta virem aqui fazer campanha do tipo: “Droga, tô fora”, “*Crack*, não sei o quê”, se não tivermos a convicção de que os filhos dos trabalhadores, de que as crianças estão bem cuidadas. E essas trabalhadoras da área da educação são as responsáveis, as guardiãs dos filhos dos trabalhadores, são elas que cuidam para que essas crianças não se desencaminhem, não saiam do rumo certo, para que sejam pessoas de bem no futuro. Então, que esta Casa derrube o Veto, que esta Casa mantenha o acordo, para que possamos trabalhar em perfeita harmonia, para que nós possamos honrar o que acordamos, para que honremos o que assinamos, o que homologamos nesta Casa há menos de três meses.

Com força e fé, nós vamos conseguir derrubar este Veto e garantir um aumento digno para as monitoras de educação da nossa Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente, Ver. Professor Garcia. (Dirigindo-se às galerias.) Eu tenho uma curiosidade, gostaria de saber se há homem monitor? (Pausa.) Então, nós vamos votar para os homens e para as mulheres! Muito bem, porque esse material que nós temos visto só fala nas monitoras. Contem com o nosso apoio.

Eu venho a esta tribuna e quero aqui aproveitar hoje para fazer uma homenagem ao Ver. Alceu Brasinha. O Ver. Alceu Brasinha, costumeiramente, quando nós apresentamos uma emenda a um projeto, diz que nós queremos fazer um “puxadinho”. Pois eu vou mostrar hoje aqui, Vereador, o “puxadinho” do Executivo aqui na Av. Aureliano de Figueiredo

---

Pinto, naquela obra dos corredores de ônibus. Faz 30 dias que terminaram a obra. Olhe aqui! Já estão desmanchando! (Mostra fotografia.) Eu gostaria, Ver. Brasinha, que o senhor dissesse que tipo de “puxadinho” foi feito aqui que já estão demolindo. Olhe aqui! A Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, entre a Av. Praia de Belas e a Rua Múcio Teixeira.

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Segundo o Dr. Thiago, uma cesariana malfeita! Eu não sou médico, não entendo, mas estou falando a pedido do Ver. Dr. Thiago.

Ver. Airto Ferronato, líder do Governo, por favor, isso não pode acontecer! Isso é desperdício de dinheiro público. Essas obras da Copa, enfim, são necessárias, é evidente, nós apoiamos, mas elas demoram demais! É muito demorado! Nem bem terminou – não fizeram inauguração – já estão desmanchando! O que é que houve aqui? O PROS, este Vereador é parceiro e tem votado com o Governo. Agora, aqui eu faço um pedido: por favor, o que é que houve aqui? Aqui, Ver. Airto Ferronato, V. Exa. que representa o Governo, e que é um parlamentar atuante, por favor, só nos responda, na primeira oportunidade, o que é que, efetivamente, houve aqui, na Aureliano de Figueiredo Pinto, entre Praia de Belas e Múcio Teixeira. Faz 30 dias que acabaram a obra, a construção ali. O que efetivamente houve? Por que estão desmanchando? Quem é o responsável? Isso é um desperdício de dinheiro público, alguém tem que ser responsabilizado.

Vou lhe fazer um apelo porque este Vereador tem sido um parceiro aqui para votar. Posso dizer tranquilamente que, às vezes, voto com a oposição, às vezes, voto com o Governo, porque é da democracia. Agora, isto nós não permitimos! A Av. Aureliano de Figueiredo Pinto está bloqueada. Vou mostrar outra foto: olhe a quantidade de entulho aqui. (Mostra fotografia.) Sinceramente, alguém precisa ser responsabilizado. Este é o momento de nós, Vereadores, juntos, responsabilizarmos... E não importa dizer: “Ah, o prejuízo é da empreiteira!” Mas tem prazo para o término das obras. De uma forma ou de outra, nós temos que responsabilizar alguém porque é muito transtorno para a Cidade. O trânsito já é ruim por natureza, são muitos automóveis. Agora, começaram uma obra, levaram uma eternidade, nem bem termina a obra, começam a desmanchar?! Então, há necessidade, Vereadores e Vereadoras, de uma explicação.

Vejo que a torcida do Dr. Thiago está bem organizada, e da Ver.<sup>a</sup> Sofia também. (Mostra cartaz.) Aqui tem uma...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Podem contar, não tem problema nenhum! Contem com o nosso apoio e nos ajudem também...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Agora estou recebendo torcida demais aqui! E nos ajudem também a fiscalizar, a apontar as questões que precisam ser revistas na Cidade, porque nós, Vereadores, evidentemente que andamos por toda a Cidade. Agora, se nos somarmos, com certeza vamos ajudar o Poder Público de um modo geral. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, eu só quero rapidamente informar que eu havia, na vinda, ligado para o Secretário João Pancinha, Secretário Adjunto da SMOV, que é do PMDB. Estou aguardando que ele traga essas informações. Por que essa obra, que acabou de ser concluída, com mais de 50 centímetros de concreto, está sendo objeto de uma nova intervenção? Tão logo eu receba a informação, eu repasso a V. Exa., ao Ver. Bernardino e aos nossos Pares. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO DERLY:** Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Vereador de Erechim, do PCdoB, Fernando Barp, que nos brinda com a sua visita. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, prezadas educadoras aqui presentes; o debate hoje é com a cidade de Porto Alegre. O

---

---

debate hoje é sobre um dos temas que a Cidade e a humanidade exigem tenha cada vez mais qualidade, que é a educação. Portanto, nós estamos tratando aqui hoje do tema da educação infantil e da possibilidade de todos os educadores e as educadoras que aqui estão terem um aumento minguinha de R\$ 200,00 no seu salário. É um aumento para esses trabalhadores e essas trabalhadoras, com jornada de 30 horas, 40 horas, com crianças de zero a seis anos, que dão toda a atenção, todo o carinho, todo o amor, fazem o papel de suas famílias, de mães e de pais, aguardando, muitas vezes, além do horário, até à noite, que os pais e as mães cheguem para buscar seus filhos. Aqui não se trata de um debate, como o Governo está dizendo, sobre constitucionalidade ou inconstitucionalidade. Se for isso, prezada base do Governo, eu quero aqui, com carinho novamente, prezado Villela, o senhor que está sentado na cadeira do nosso grande amigo João Antonio Dib... O Ver. Dib fez um projeto de lei que determinou o aumento do padrão 5 para o padrão 6 para os trabalhadores do DMAE; foi aprovado e homologado pelo Prefeito Municipal. O Ver. João Antonio Dib ganhou desses trabalhadores uma placa, que está lá na sala de sua casa – e ele nos assiste agora. Se este Veto for derrubado, o Governo Municipal estará arrancando a placa lá da casa do Ver. João Antonio Dib!

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Porque não se pode tratar o mesmo conteúdo com dois pesos e duas medidas. A situação é a mesma; a situação legal, técnica e de constitucionalidade é a mesma. Portanto, nós não podemos hoje aqui aceitar que este parlamento não assuma o seu papel de pensar na Cidade, na educação, naquelas famílias carentes.

Todos aqui são funcionários públicos municipais, e a faixa de renda dos pais e das mães que levam as crianças nessas creches é de zero a cinco salários mínimos. Portanto, é a faixa de quem não tem renda, que depende do Estado e depende da qualidade profissional dos seus professores e dos seus monitores. Negar o aumento de R\$ 200,00 no contracheque no final do mês é negar a qualidade da evolução da educação. É isso que está em discussão aqui! Quero dizer aos senhores e às senhoras que estão aqui que nós, os 36 Vereadores, cobramos de vocês sim, cobramos de vocês desempenho,

---

empenho, qualidade, dedicação e evolução, mas temos que retribuir na mesma altura! O Município tem que reconhecer o trabalho, que é um trabalho digno.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Portanto, Sr. Presidente, meus prezados colegas Vereadores, esse tema, como o tema do transporte que está em discussão neste momento no Município, não é um tema de oposição ou de situação, é de melhorar a Cidade ou não dar oportunidade de a Cidade ser melhorada. E aqui todos nós temos um compromisso: melhorar a Cidade. Porto Alegre tem que ser uma cidade que inclua e não uma cidade que exclua. Portanto, nós, da oposição – PT, PCdoB e PSOL –, junto com outros Vereadores, votaremos pela derrubada do Veto para que esse benefício seja estendido à categoria dos monitores. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente Garcia, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, essencialmente as nossas monitoras e os nossos monitores aqui da cidade de Porto Alegre; eu vou fazer rapidamente uma preliminar: a Ver.<sup>a</sup> Sofia falou da não presença de Vereadoras no plenário. No dia 25 de fevereiro, a Ver.<sup>a</sup> Séfora Mota encaminhou um pedido ao Presidente da Câmara, dizendo que ia representar a Casa hoje, às 14h, na entrega do Troféu Mulher Cidadã, na Assembleia Legislativa. Não foi, Ver.<sup>a</sup> Sofia, nenhuma determinação do Prefeito ou do Vice-Prefeito.

Por outro lado, nós acreditamos que ficou um bom debate, e é preciso vencer, é preciso conquistar, é preciso avançar, e não simplesmente fazer uma disputa. Melhor assim, mas tem lá as suas dificuldades. Por isso, falo em nome de todos os Vereadores da base do Governo que estão conosco, Ver.<sup>a</sup> Sofia, Ver. Pedro, Ver.<sup>a</sup> Jussara e Ver.<sup>a</sup> Fernanda: nós estamos discutindo um projeto de extraordinária relevância, repito, para a sociedade de Porto Alegre, essencialmente para a nossa criança, especialmente para a criança mais

---

pobre da Cidade. Por isso, o tema é relevante e merece que nós o tratemos com um carinho todo especial, pela criança, mas muito também por vocês, que cuidam dessas crianças.

A vitória, a conquista começa, já começou, pela disputa de vocês. Agora, ela não se conclui hoje. Não! Com qualquer resultado – e eu falo aqui pela base do Governo, mas sei que a oposição vai nos apoiar e sei que as senhoras e os senhores também –, na terça-feira à tarde – e podemos marcar para às 14h –, nós estaremos, os Vereadores todos, oposição e situação, o Simpa, a ATEMPA e vocês, nos reunindo no gabinete do Prefeito e vamos elaborar um projeto de lei, sem vício de origem. Vamos encaminhar um projeto de lei que dê aquele resultado que vocês esperam e que não haja a possibilidade de uma disputa judicial, porque isso vai se estender demais e não será bom para a Cidade, para a Câmara, para os nossos jovens e para vocês. Nós nos comprometemos. Vamos elaborar um projeto e esse projeto será a vitória de vocês. Um abraço e obrigado. (Vaias.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje os discursos estão inflamados, muito inflamados! Estão inflamados porque as galerias estão cheias. Muitos fazem discursos aqui para agradar quem está aí, mas, muitas vezes, não é de coração e nem é por coerência. E eu vou dizer para vocês por que não é. A Ver.<sup>a</sup> Sofia – eu ouvi seu nome gritado, e merece que as pessoas a aplaudem – foi Secretária Municipal da Educação aqui. Deram esse plano de carreira para ela, para cuidar dos monitores e monitoras, e ela engavetou. Engavetou! Outra coisa: ela vem para cá fazer discurso de ameaça do Governo, ela e a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, dizendo que o Governo está ameaçando; não está ameaçando não! E eu vou dizer por quê. (Vaias.) Esse negócio de veto ideológico é papo furado, porque eu sou Vereador da base... (Vaias.) Não me importo com as vaias, eu não mudarei minha posição. Não mudarei minha opinião, não!

(Manifestações nas galerias.)

---

**O SR. IDENIR CECCHIM:** (Dirigindo-se às galerias.) O senhor é monitor? O senhor não é monitor, então não me preocupo com a sua vaia. Aliás, há muita gente que não é monitor e está vaiando. (Vaias.) Estas vaias eu até respeito, estas vaias de quem é monitor e monitora eu respeito. Não importa que as monitoras e monitores não tenham respeito comigo. Eu até respeito. Podem virar de costas que eu vou falar só para quem quiser ouvir. Esta coisa de ameaçar com ADIn é uma falta de vergonha do Vereador que sobe aqui e fala isso! Seja a Sofia, seja quem for! Quem pediu uma ADIn... Sr. Presidente...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Está assegurado o seu tempo, Vereador.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, se o pessoal... É que não me ouvem! Os meus Vereadores estão com dificuldade de ouvir.

Portanto, sobre a ADIn, a Ver.<sup>a</sup> Sofia chegava a dar pulinhos aqui na tribuna para reclamar, mas esqueceu que o Governador Tarso Genro pediu uma ADIn para não pagar o piso para os professores! Ela não quer pagar o piso para os professores! O Tarso Genro não paga através de uma ADIn! Ela está mentindo para vocês e o Governo está ameaçando! Essa é a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon! Esses são os Vereadores da oposição, principalmente do PT, que constrem! E não há escolas, estamos no início do ano e não há professores em sala de aula! Essa é a Ver.<sup>a</sup> Sofia, que fez esta emenda demagógica sabendo que é inconstitucional, que tem vício de origem!

Então, vocês podem aplaudir a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, podem votar na Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, podem votar na Ver.<sup>a</sup> Sofia! Eu não sou candidato, mas eu não votarei numa emenda que não está de acordo com o que manda o Regimento.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Por gentileza, tem um Vereador na tribuna, só estamos com o relógio parado.

---

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Quero dizer que fiquei muito satisfeito. Vocês me ajudaram a mostrar aos Vereadores da base que eles não têm nenhum voto de vocês, vocês todos são da Sofia. Então, não se preocupem e votem em manter o Veto. Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, apenas quero fazer um apelo aos Vereadores: por favor, não rebaixem uma pauta tão generosa e tão estratégica ao debate político-partidário.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o registro, Vereadora. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, povo que nos assiste; no ano passado, o Governo Municipal subiu o valor das tarifas de ônibus para R\$ 3,05, no dia 22 de março. No dia 4 de abril, para valer a partir do dia 5, por uma liminar conseguida por mim e pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, as tarifas foram reduzidas e voltaram ao valor de R\$ 2,85. E todos sabem disso. Mas nesses 12 dias, entre 22 de março e 4 de abril, os empresários de ônibus cobraram R\$ 3,05, e esse valor considerado ilegal pela Justiça, essa diferença de R\$ 0,20 deveria ser devolvida à população. Não podendo ser devolvida, por ser impraticável, ao usuário do transporte coletivo, esse valor, que chega a R\$ 2,8 milhões, deveria ser devolvido aos cofres municipais, ao Erário municipal. A Prefeitura tinha que requerer isso, tinha que entrar com uma ação pedindo isso. Não entrou! Eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna quisemos entrar. O Judiciário disse: Vocês não são a parte legítima. A Prefeitura tem que requerer porque é dela. Eles não entraram! A Prefeitura abriu mão, até agora, de R\$ 2,8 milhões simplesmente porque não entrou com a ação. Não tem como perder; o dinheiro está lá com os empresários de ônibus e é da Prefeitura. Agora vem com argumento, também, de ordem financeira? Por favor, vamos nos respeitar! Estou dizendo qual é a ação, qual é o valor e onde está o dinheiro para buscar. Agora vem com argumento de que há problema de orçamento por uma microrrepercussão financeira de alto alcance social, como seria a aceitação dessa emenda, como será a derrubada do Veto? Por favor! Tem que haver respeito mínimo com a inteligência das pessoas. O dinheiro está lá no bolso dos empresários de ônibus, é só

---

pág. 13

---

buscar. Não tem como perder a ação, mas tem que ir à Justiça fazer uma petiçãozinha, entrar lá e receber. Já está pagando um monte de coisa.

Então nós, do PSOL, eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, não aceitamos este argumento, não aceitamos o argumento da repercussão financeira em hipótese alguma, porque ele é falso, ele é totalmente falso. Para nós também é um registro importante: essa questão do debate de ADIns tem alguma relevância, porque nós achamos um absurdo o Prefeito ameaçar com uma ADIn, e também achamos um absurdo a ADIn que o Governo do Estado entrou para questionar o piso nacional dos professores. Também achamos um absurdo e questionamos publicamente isso. Nós, do PSOL, fizemos isso.

Com relação ao dia de hoje: é possível uma conversa depois? Claro que sim, evidente que sim. Ver. Ferronato, queremos a conversa, queremos o diálogo, V. Exa. é o Líder do Governo, eu sou o Líder da oposição, estamos abertos ao diálogo a partir deste momento, mas entendemos que qualquer diálogo passa pela derrubada do Veto no dia de hoje! Nós derrubamos o Veto e estamos inteiramente à disposição para qualquer diálogo, qualquer negociação, qualquer projeto futuro, mas derrubando o Veto no dia de hoje. A posição do PSOL é a posição de derrubar hoje o Veto, e a posição da oposição é a de dialogar com o Governo com relação ao futuro deste mesmo tema, deste mesmo debate. Mas a Sessão de hoje é um desrespeito não apenas com as pessoas que estão aqui, é muito mais do que isso, é com o funcionalismo em geral e é com uma ideia básica de cidadania. Nós sabemos a importância desse trabalho, nós sabemos que a repercussão financeira é nada, é nada perto do Orçamento da Prefeitura e perto do dinheiro que a Prefeitura não vai buscar e que é dela! Por isso, impõe-se a derrubada do Veto. E é o que nós vamos fazer a partir de agora!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. DR. THIAGO:** Só uma questão de esclarecimento, Presidente. Eu quero esclarecer que eu vou votar com o Estatuto do PDT e com as crianças. Por isso eu vou votar, mesmo sem ter nenhum voto lá, pela derrubada do Veto.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não é uma Questão de Ordem.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, partindo do princípio do meu partido, eu não estou preocupado se as monitoras vão votar em mim ou não, eu estou preocupado em cumprir o que eu sempre fiz na minha vida: defender os trabalhadores.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Eu vou solicitar aos Vereadores para fazerem aparte com Questão de Ordem, porque senão nós não temos o espaço para cada Vereador utilizar sempre em nome de seu partido.

(15h15min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Em votação nominal o PLE nº 046/13, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, eu acho que eu devo uma justificativa de voto, principalmente aos meus colegas de Partido, de Governo, por isso fiz o meu encaminhamento com uma justificativa por escrito. (Lê.): “Encaminho justificativa de voto contrário ao Veto Parcial ao PLE 046/13, por ser este Vereador do PDT, partido que historicamente defende como sua principal bandeira a Educação e seus trabalhadores, por o mesmo PDT buscar sempre melhores condições de trabalho para a sociedade e lutar pelos direitos e garantias trabalhistas, este Vereador que também é servidor público e sabedor da luta de nossas categorias por vários salários dignos e justos, mantendo minha coerência por ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei e à Emenda que garantiu a pretendida isonomia da categoria, por entender ser o referido importante para a estrutura das escolas infantis, principalmente o voto favorável ao projeto com a Emenda e contrário ao Veto Parcial do Executivo. É ainda entendimento deste Vereador que a

---

pág. 15

---

iniciativa Legislativa está amparada em Lei e por tal motivo deve ser aprovada e derrubado o Veto Parcial nos termos da Legislação.”

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o registro Vereador.

Em discussão o PLCL nº 013/12, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12, com Veto Total.

Quero aproveitar que V. Exa. está na tribuna para parabenizar, em seu nome, todas as bibliotecárias, porque hoje é o Dia do Bibliotecário, e V. Exa. é bibliotecária; parabéns!

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Muito obrigada, Presidente Professor Garcia pela lembrança e pelo registro à nossa categoria. E é justamente emblemático que, no dia do profissional bibliotecário, do profissional da leitura, daqueles e daquelas que constroem as políticas de acesso, de disseminação da informação, nós estejamos votando um veto do Governo, um veto que ataca uma política de incentivo à leitura.

E aproveito para agradecer ao Ver. Bernardino Vendruscolo, à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon; agradeço ao Ver. Guilherme Socias Villela, que votou pela rejeição do Veto, independente do seu partido, porque entende que este projeto, Ver.<sup>a</sup> Jussara, é muito claro e muito importante para os escritores da nossa Cidade. Foi um pedido da Associação Gaúcha de Escritores, para que nós colocássemos na lei de isenção de impostos a isenção que é dada aos escritores municipais em atividade de incentivo à leitura, de informação de leitores, em palestras e debates nas escolas. Esses escritores vivem uma verdadeira saga: a Prefeitura entende que não é necessário recolher impostos, porque há uma alteração na lei de 1973, Ver. Villela, que coloca os profissionais autônomos como isentos desse imposto, mas as entidades promotoras de políticas do livro e da leitura, que fazem as atividades, cobram isso dos escritores, e os escritores vivem uma verdadeira burocracia, para conseguir garantir direitos daqueles e daquelas que constroem os livros, que escrevem as palavras, que nos enaltecem, que nos fazem sonhar e viajar através do livro e da leitura.

**O Sr. Guilherme Socias Villela:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Este seu projeto remonta à Lei Complementar nº

---

007, de 1973, e também para a correção feita pela Lei Complementar nº 027, em que diz que os profissionais autônomos não necessitam pagar. A rigor, é uma interpretação que fica subjetiva. Eu voto por coerência, e vou votar de forma favorável, recusando o Veto, porque é preciso deixar claro isso, o que não está nas exceções. Muito obrigado.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Obrigada, Ver. Villela. Eu agradeço o seu aparte, para que outros Vereadores também possam se posicionar no mesmo sentido.

**A Sra. Jussara Cony:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) É no mesmo sentido, Vereadora, e me lembro muito bem da discussão capitaneada por V. Exa., e fomos à tribuna na condição, inclusive, de escritora, e de quem tem um filho escritor, porque isto aqui vai além de uma isenção. Isto aqui vai ao encontro da oportunidade da leitura da população, e isso é fundamental, exatamente sob o ponto de vista, inclusive, da soberania nacional. Estamos juntas, novamente, e vamos rejeitar esse Veto.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Muito obrigada, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. Então, eu gostaria de pedir que a Câmara mantenha essa coerência, e que nós possamos registrar que estamos com a Associação Gaúcha dos Escritores; que estamos preocupados em garantir com que os escritores não passem por essa verdadeira saga burocrática que, atrapalha, sobremaneira, a vida e a organização desses escritores para garantir aquilo que é o mínimo: o reconhecimento do trabalho dos escritores, a valorização da sua contribuição social. Aliás, eles fazem isso dentro das escolas, e nós que sabemos da importância da educação, sabemos que quando uma escola faz um encontro com um escritor, é o *frisson* das turmas, é o debate dentro da sala de aula, é o momento, Ver. Reginaldo Pujol, que aproxima o livro do escritor. E o meu projeto vem no sentido de reconhecer esse momento de fomento à leitura. É um projeto muito simples e muito módico, pedido pelos escritores, e eu estou pedindo a coerência dos Vereadores, para que nós mantenhamos aquilo que foi votado em dezembro do ano passado, que foi acordado com a Secretaria da Fazenda, aqui, neste plenário, com um representante da Secretaria da Fazenda, com o líder do Governo, e que a gente derrube esse Veto e

---

reconheça, no Dia do Bibliotecário, no dia 12 de março, reconheça a valorização... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12, com Veto Total.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é evidente que, se tratando de um assunto dessa natureza, nós tenhamos a necessidade de, publicamente, colocar a nossa posição. É que nos parece – e nesse sentido buscamos nos esclarecer ao longo do tempo – que este Projeto de Lei Complementar do Legislativo é inócuo, conforme já foi demonstrado, inclusive tecnicamente, no próprio processo que está sob exame. Já existe, de forma muito clara, a previsão de isenção para o profissional escritor: art. 71, da Lei Complementar Municipal nº 07/73. O regramento da elaboração das leis veda que o mesmo assunto seja disciplinado por mais de uma lei; é o que propõe o Projeto, no seu art. 7º, obviamente, criando um início de confusão.

Atualmente, a informação que eu tenho checado, todos os profissionais e escritores sujeitos à interpretação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza estão isentos, inclusive dispensados da inscrição na Secretaria Municipal da Fazenda. O projeto de lei vetado pode ensejar interpretação restritiva ao que está estabelecido hoje, pois o projeto expressa, de forma clara, que os profissionais e escritores com residência comprovada no Município de Porto Alegre, durante a sua participação e atividades de incentivo à leitura, tais como Feira do Livro, palestras, seminários, colóquios e conferências, serão os beneficiários. Ora, isso restringe o que hoje é amplo. Hoje, independente dessas circunstâncias, todos já têm essa possibilidade. Então, eu quero deixar muito claro que, se eu tivesse alguma dúvida a esse respeito, independente de qualquer circunstância, eu não deixaria de apoiar a proposição e, por conseguinte, manifestar-me pelo veto. Mas eu tenho mais do que dúvidas, eu tenho certeza de que a matéria já está muito disciplinada na lei e na prática. Inclusive, a Câmara do Livro, que tinha algumas dúvidas sobre esse particular, nesse meio-tempo, já foi contatada pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município, e esclareceu devidamente a circunstância, e a própria Câmara Regional do Livro se encontra satisfeita com os esclarecimentos e tranquila com a afirmação, Ver. pág. 18

---

---

Bernardino Vendruscolo, que todos os escritores, independentemente dessa classificação, estão isentados hoje, não precisando sequer se inscrever como contribuintes na Secretaria Municipal da Fazenda. Diante disso, Sr. Presidente, com muita tranquilidade, muita segurança, muita firmeza e muita clareza, eu venho à tribuna para dizer que votarei pela manutenção do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12, com Veto Total.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este Veto do Sr. Prefeito é inexplicável, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. Se o outro, supostamente, era explicável por conta do custo, esse não tem custo. Esse não tem custo, porque na vida real não cobram, só que é um entrave, os escritores o estão solicitando para ficar formalizado. Não há compreensão do porquê o Governo não quer conceder. A não ser que seja, de fato, por vir da oposição. Nós não absorvemos.

Eu quero aproveitar, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, e dizer que eu gostaria que mudasse o jeito de funcionar desta Casa. Eu gostaria muito que o Parlamento tivesse bastante soberania. Eu sei que é difícil ser base do Governo, só que o Governo é convencido pelos Vereadores. Os Vereadores têm força para convencer o Governo, os Vereadores da base do Governo têm força para convencer o Governo. Nós não conseguimos compreender que não seja possível fazer opção pelas monitoras, e foi possível criar uma centena de CCs no final do ano passado – uma centena! Que não é possível pagar um salário um pouquinho menos indigno para educadoras, assistentes nas escolas infantis, que seguram todas as broncas! Que esse Governo não responde por morte, por violência, por acidente, Ver. Professor Garcia, porque elas seguram as pontas. Porque no ano passado, eu acompanhei a situação da Tio Barnabé, uma escola infantil, que atende filhos de funcionários, em que chegavam a ficar 23 bebês com apenas dois funcionários e, entre eles, as monitoras e as estagiárias. Vinte e três bebês, quando a regra é cinco!

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereadora, nós estamos discutindo outro projeto.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** É um adulto por seis crianças. O Professor Garcia sabe bem o tema da educação. Então, no caso deste Veto, que não é essa opção política, por colocar dinheiro nos mais privilegiados e não nos da base, não tem explicação, Ver. Pedro Ruas. É um Veto formal: “nas coisas que eu decido ninguém mete a mão!” É lamentável! Parece-me um Veto originário do autoritarismo, da arrogância de ser governo, da falta de humildade em receber uma contribuição, de reconhecer que o PSOL, porque é combativo, tem contribuições e pode ser incorporado, apesar de ser oposição! Assim como as outras opções, as outras alternativas, como é o projeto do transporte público que a Bancada do PT apresentou e que está sendo barrado na Mesa, entre Mesa e Lideranças, que não deixa votar, que está há mais de seis meses com a CCJ! Mais de seis meses com a CCJ, que está especializada em procrastinar projetos que não interessam ao Governo ou aos setores econômicos! E eu lamento isso. Lamento! E acho que a sociedade tem que saber que esse é o Parlamento que faz opções políticas, que desrespeita a diversidade, a pluralidade votada nas eleições para aqui estar representada. Então a oposição não é para ser derrotada aqui, é para ser ouvida! É para ser respeitada! É para ter diálogo que transite, diálogo que transforme, Ver. Pedro Ruas! Diálogo que mude o Governo, diálogo permeável! Porque esse foi o voto da população de Porto Alegre. Não venham me dizer que um terço da população de Porto Alegre votou para ser derrotado sistematicamente no plenário, e que manda e desmanda quem é Governo! Não é verdade! Isso é um acinte com a soberania popular! É um acinte com o voto de oposição! É um acinte com o voto diverso! É, Ver. Brasinha! Portanto, a generosidade, a capacidade republicana de um governo é escutar o voto de quem votou na oposição. E, neste caso que não tem implicação financeira, eu espero que a gente tenha capacidade de derrotar o Governo no seu veto, veto burocrático, autoritário, sectário e incapaz, Ver. Nedel, do diálogo que V. Exa. propõe, da harmonia que V. Exa. propõe. Está aqui na Câmara a exposição sobre a Chiara Lubich, que propunha a harmonia através da fé. E aí chega no plenário e o que o Governo acha importante é o que prevalece. Enfim, é um desrespeito às minorias, é um desrespeito à população de Porto Alegre, que votou diversamente. Não ao veto do Sr. Prefeito!

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação nominal o PLCL nº 013/12, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM**, 09 votos **NÃO**, 02 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Em discussão o PLCL nº 022/13, com Veto Parcial. (Pausa.)

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/13, com Veto Parcial.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, volto a esta tribuna para falar novamente o que falei sobre as monitoras. Votaremos favoravelmente ao projeto do Ver. Paulinho Motorista, porque ele beneficia a população de Porto Alegre em casos de enchentes, alagamentos, beneficia a população no caso de estar passando por alguma dificuldade, por algum tipo de sinistro. E várias cidades têm feito isso: a gestão da água para ajudar e beneficiar as pessoas.

Quero dizer à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon e à Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna que o desrespeito do Executivo não é só com a oposição; o desrespeito do Executivo é com Vereadores da base aliada. Nós temos este projeto do Ver. Paulinho Motorista, o projeto do Ver. Márcio Bins Ely, de extrema importância para a acessibilidade urbana às pessoas com deficiência – e não estou legislando em causa própria neste momento em que uso bengala –, e o projeto do Ver. Paulo Brum. Na verdade, os vetos do Governo são pelo não cumprimento da palavra em relação às negociações com esta Casa, feitas no final do ano.

Eu acho que o Governo perde a sua credibilidade. Particularmente, daqui para frente, qualquer acordo com o Governo terá que ser feito nesta tribuna, para que fique registrado nas notas taquigráficas desta Casa. Porque o Governo fez um acordo com esta Casa, no final do ano – querem que eu busque a votação como busquei a dos monitores de creche? –, quando aprovamos aquele projeto, como aprovamos o da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, como aprovamos o da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, como não aprovamos essa montoeira de vetos que o Governo faz de políticas públicas, políticas de bem-estar social para a população de Porto Alegre. E, depois que o Governo aprova as benesses aqui nesta Casa, muitas até para empresários, até queriam aprovar aqui nesta Casa um

---

dinheirão para as obras da Copa. Graças a Deus, o Ministério Público, novamente, fez o seu papel, assumiu o nosso papel de legislador e proibiu que se tirassem mais de R\$ 30 milhões da cidade de Porto Alegre para beneficiar a FIFA, para beneficiar os patrocinadores da Copa do Mundo. Aí o Governo honrou o que acordou com todas as Bancadas aqui no final do ano e agora, depois de ver o Governo rasgar esses acordos, simplesmente alegando dificuldade financeira, ou vício de origem, ou não sei o quê – cada um tem uma desculpa esfarrapada a meu ver. Mas no final do ano, esta Casa estava lotada de representantes do Governo de todas as Pastas, estava lotada de técnicos do Governo, que deram sustentabilidade ao Governo, e tinham Secretários nesta Casa, o Vice-Prefeito da Cidade estava aqui negociando com os Vereadores, e aí agora o Governo veta questões importantes como essa do projeto do Paulinho Motorista, que ajuda o povo carente, o povo que passa por desgraça, que passa por acidentes naturais na cidade de Porto Alegre. Isso, com certeza, envergonha todos nós, Vereadores desta Casa, envergonha a população de Porto Alegre, envergonha as pessoas que precisam do cobertor do Poder Executivo e precisam da ajuda e a tutela do Poder Legislativo.

Com força e fé, acreditamos que ainda é possível fazer uma política voltada às pessoas, uma política para o bem-estar social das pessoas, uma política voltada para o crescimento e desenvolvimento das pessoas dessa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/13, com Veto Parcial.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; nós estamos aqui analisando o Veto ao projeto encaminhado pelo meu parceiro de Bancada, querido Ver. Paulinho Motorista. Na verdade, ele apresenta uma bela ideia, uma proposta interessante, que é evitar o corte de água em fins de semana. Só que, na redação apresentada, não houve nenhuma exceção, e sem exceção se torna impraticável o projeto, até porque, às vezes, e só para exemplificar, nós vamos ter uma proposta, uma necessidade de corte momentaneamente até para conserto. Portanto, estamos aqui pedindo a aceitação do Veto, porque, depois, o Ver. Paulinho Motorista pensa numa nova

---

e mais adequada redação para a proposta que é de sua autoria, e nós, repetimos, achamos interessante. Portanto, vamos votar pela manutenção do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/13, com Veto Parcial.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, atendi a um chamado do Ver. Cláudio Janta e não ouvi a palavra da Liderança, mas presumo o que foi dito. Sou o parecerista dessa matéria, e meu parecer foi articulado com o autor da matéria, que inclusive tem concertado com o Governo a vinda de um novo projeto cobrindo a parte que foi vetada, porque na circunstância ela ficou mal expressa dentro do processo, e só por isso foi vetada. É que não se levou em conta outras leis que se confundiriam, na sua aplicação, com a lei que aprovamos aqui na Casa. Dentro dessa linha, com a maior tranquilidade, votarei pela manutenção do Veto, porque acertei com o autor, e tenho segurança de que ele está construindo com o Governo, junto com o DMAE, a consolidação da lei que já é consagrada, porque apenas uma parte suplementar da lei é vetada, Ver. Tarciso, e a restante é confirmada. Nestas condições, voto com o Veto pelas razões que já disse, e porque me parece que são muito fortes as razões colocadas pelo Governo na exposição do Veto, o que é até uma surpresa favorável, porque normalmente vem com as razões mal expostas, e, no caso concreto, ela vem bem detalhada, conforme é a cópia que todos têm em mãos. Muito obrigado, Sr. Presidente, era essa a posição.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação nominal o PLCL nº 022/13, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Com 5 votos **SIM**, 11 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Não há quórum.

(15h58min) Encerrada a Ordem do Dia.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Sr. Presidente e demais Vereadores, nós gostaríamos de fazer um registro em nome da oposição, mas acredito que em nome de todos os

---

Vereadores: na segunda-feira pela manhã, o Cidadão de Porto Alegre, aqui homenageado pelo Ver. Pedro Ruas, ex-Vereador desta Casa, Antonio Losada, foi atropelado na Av. Praia de Belas. Está no HPS, não corre mais risco de vida, mas foi um atropelamento grave. Então, queria fazer um registro e um pedido de solidariedade, uma corrente positiva. É mais um atropelamento que acontece na nossa Cidade. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o registro, Vereador.

Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Presidente Garcia, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores; venho a esta tribuna para tecer alguns comentários a respeito de alguns projetos que estão tramitando em Pauta. Primeiro, com relação ao projeto da Ver.<sup>a</sup> Luiza Neves, PLL nº 387/13, que obriga clínicas geriátricas, casas de repouso e outras instituições privadas destinadas ao atendimento de idosos a instalarem, em suas dependências internas, sistema de monitoramento com câmeras de vídeo que possibilitem o acompanhamento de idosos em tempo real pela Internet e dá outras providências. Eu gostaria de fazer uma analogia. Sou Diretor da SPAAN, muitos aqui conhecem a Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados. Foi fundada pelo Rotary Internacional, é um asilo que abriga cerca de 152 idosos ali no bairro Nonoai. Eu faço parte da Diretoria da SPAAN desde 2006, e nós ali temos um trabalho muito diferenciado com profissionais da área de enfermagem, médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, temos uma biblioteca, enfim, há toda uma equipe, um aparato que tem por meta a excelência no serviço ao idoso. Eu tenho certeza de que não vamos ter nenhuma dificuldade de trabalhar com essa iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Luiza.

---

Outra instituição de que eu venho também participando desde o início dos anos 2000 – em 2002, fui eleito conselheiro – é o Lar Santo Antônio dos Excepcionais. Ali nós conseguimos superar uma série de dificuldades e situações sobre as quais, às vezes, chegavam denúncias à diretoria a partir da colocação de câmaras. Ali nós temos crianças neurolesionadas, com lesão severa ou profunda. O nosso sempre Prefeito Villela conhece muito bem a nossa instituição; a vó Élide foi também uma das cofundadoras, junto com outros que se empenharam e se dedicaram ali ao Lar Santo Antônio. A experiência que nós tivemos na entidade de colocar câmeras de monitoramento foi muito produtiva. Trouxe, inclusive, solução e respostas para algumas situações e nos permitiu aperfeiçoar o trabalho naquele local. Então, nesse sentido, nós queremos aqui também manifestar a nossa posição favorável à iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Luiza.

Sempre é bom podermos voltar à agenda positiva da Cidade no que diz respeito ao *Bus Rapid Transit* (BRT) e ao metrô. Por esse projeto também estar na Pauta e fazer parte da agenda positiva da Cidade quanto ao transporte de massa, ao transporte coletivo, queremos nos manifestar sobre o PLCE nº 003/14, que estabelece as diretrizes para a implementação da infraestrutura necessária à realização da Copa do Mundo de 2014 e para a implantação do sistema BRT e do metrô, dizendo que nós vamos estar atentos a essas iniciativas.

O metrô, já é comprovado que ele tem capacidade para transportar 40 mil passageiros por sentido/hora. Em alguns pontos da Cidade, o trânsito já está chegando a uma situação de colapso. Então, que bom que o nosso Governo está preocupado em trazer esses modais de transporte para a Cidade. Quem conhece Curitiba, sabe que o Ligeirinho é uma alternativa rápida de transporte coletivo, e é, no caso, esse serviço de transporte coletivo leve. Nós também queremos aqui cumprimentar o Executivo por estar trazendo à pauta este debate. Corre aqui também, em 2ª Sessão de Pauta... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente e Srs. Vereadores, em Pauta, vários projetos. Volto à discussão da alteração dos projetos que estavam vinculados ao projeto nacional Copa do Mundo. O Executivo envia para cá a alteração do projeto de lei que estabelecia as diretrizes para a implementação do sistema *Bus Rapid Transit* – BRT e do metrô em Porto Alegre em função da Copa do Mundo. Nós estamos acompanhando atentamente a discussão que o Governo faz quando prepara a licitação dos ônibus. Uma das questões é essa adaptação. Qual é a previsão, na nova contratação do serviço de ônibus, de diálogo entre as atuais linhas – da Carris, em especial – e a implantação desse sistema BRT? Muitos ainda não sabem o que é o BRT, o *Bus Rapid Transit*. Os rodoviários dizem que não será um ônibus rápido, é apenas uma reformulação das paradas, faltando mecanismos que, de fato, tornariam aligeirado o transporte.

O que nós sabemos é que, pelo menos, terá o chão rebaixado, não terá cobrador – portanto, será um sistema automático –, e os ônibus serão maiores, articulados. Só isso vai dar uma rapidez e uma maior condição de levar mais pessoas. O que nos perguntamos é por que a Administração de Porto Alegre entende que a Carris não deve operar nesses corredores especiais. Nós já ouvimos isso e queremos saber para não sermos surpreendidos na licitação.

Ontem, a Bancada do PT esteve reunida com o Prefeito Fortunati para tratar exatamente das sugestões do Partido dos Trabalhadores para a licitação, e um dos temas que afirmávamos é que um grande investimento, como os BRTs, não pode ser ofertado para a iniciativa privada, é um investimento público, são recursos públicos federais. Haverá facilitação para a empresa que vai operar porque vai operar com muito mais capacidade de carregamento de pessoas, portanto, com muito mais lucro. Portanto, o correto, o justo é que a Carris opere nesse sistema BRT, nesses corredores, com esses ônibus. Ora, a Prefeitura tem dito que não será a Carris, e obviamente, se a licitação já está terceirizando o serviço de transporte público, essa licitação indicará algo sobre BRTs e sobre Carris. Inclusive, nos debates de que participei na segunda-feira, o Governo deixa a entender que já estará reformulando algumas linhas da Carris.

Nós, ontem, propusemos ao Prefeito Municipal, reconhecendo que houve escutas nas regiões do Orçamento Participativo, reconhecendo e lamentando os atos de vandalismo na audiência pública. Lamentando porque, se somos oposição, não quer dizer que não vamos reconhecer que houve esforço, em dois momentos, de fazer audiência pública,

---

aqui nesta Casa e no Tesourinha, e que, de fato, o Bloco de Lutas, não na sua totalidade, obviamente, um grupo que é contra a licitação, o que eu respeito... Acho que a gente progressivamente pode passar e deve passar para um sistema completamente público, e acho que a gente não deve descartar de estudar um sistema *free*, completamente *free*, financiado de outra maneira que não seja pelo pagamento do tíquete, portanto, financiado com taxaço do automóvel individual, financiado com o IPTU progressivo, financiado com taxa para quem tem mais benesses no transitar na Cidade.

Quero dizer que nós entendemos que o Bloco de Lutas, na sua maioria, tem uma posição contrária, está chamando uma audiência pública e não quer licitação, não quer terceirização, o que não justifica a depredação de patrimônio público, a inviabilização de o cidadão falar, porque tem cidadãos que queriam participar, inclusive petistas – os petistas estavam lá, estavam distribuindo as nossas propostas. Outra coisa será a crítica, depois, se o Governo atendeu ou não atendeu.

Bom, nós entendemos e propusemos ao Governo que coloque em consulta pública o edital que vai colocar na rua para fazermos a crítica antes do fato consumado. Então, a nossa opinião é que, quanto mais democracia, quanto mais participação, mais nós vamos ter condições de dar um salto de qualidade no transporte público na cidade Porto Alegre. (Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu confirmo que vou me manifestar sobre o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/14, que revoga o § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 703, de 28 de setembro de 2012 – que estabelece as diretrizes para a implementação da infraestrutura necessária à realização da Copa do Mundo de 2014, implantação do Sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) e do Metrô de Porto Alegre.

Não estamos discutindo, Sr. Presidente, o edital a ser publicado pelo Governo Municipal a respeito da licitação do transporte coletivo. Por isso não vou discutir esse edital, porque não está sendo discutido, não está em pauta. Bom seria que estivesse aqui, e nós o discutindo, mas não está.

---

O projeto, eu já me referi anteriormente a ele, é muito claro. Com a Resolução nº 25 do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA de 2014, houve alterações que precisam ser recepcionadas na legislação municipal, até porque os corredores que serão utilizados pelo BRT, que são três ou quatro em Porto Alegre, todos eles estavam incluídos nessa matriz da Copa e foram dela retirados, mas passaram para a matriz do transporte da mobilidade urbana. Por que é preciso que se clareie e se retire algumas expressões da legislação que se quer ver modificada? É porque, mesmo através de outra fonte de financiamento, a execução das obras dependem de desapropriações, que para ocorrer, precisa estar autorizado expressamente o Governo a proceder transferência do potencial construtivo, fazer, inclusive, venda do Solo Criado ou entrega do Solo Criado em pagamento da desapropriação.

Em resumo, Sr. Presidente, é o que propõe esse projeto de lei do Executivo. A manifestação anterior pode gerar algum tipo de dúvida, mas é isso que está sendo discutido. Em verdade, a nossa querida Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon fazia uma manifestação, inclusive se referindo a uma reunião que o PT teve ontem com o Prefeito, que eu saúdo com muita veemência, Sr. Presidente, até porque eu acho que, ainda que tardio, o arrependimento é salutar; concordar e não dar apoio a essas tropelias que são promovidas nos atos públicos e políticos da Cidade é um avanço que o Prefeito dá e que eu quero cumprimentá-lo da tribuna.

Concluo dizendo, Sr. Presidente, que o projeto, em suma, instrumentaliza o movimento, o Prefeito, o Executivo de uma ferramenta indispensável para a execução dos projetos de implantação da infraestrutura do BRT. Por isso, é um bom projeto e eu o saúdo. Estou absolutamente solidário a ele e vou acompanhá-lo durante a sua tramitação. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não tendo mais Vereadores inscritos em Pauta, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h18min.)

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
016ª Sessão Ordinária 12MAR2014

---